

a realidade. s. Do contrário, em nosso entender estará ele negando o próprio direito, desprezando o princípio da justa e integral reparação.

#### BIBLIOGRAFIA

- (1) - Jornal "A Folha de São Paulo", São Paulo, caderno especial, publicado em 26 de junho de 1994 - Brasil Crise Social, Especial - A-1
- (2) - Gusmão, Paulo dourado de, Introdução ao estudo do direito; nona edição, Rio de Janeiro, Forense, 1982, pags. 55.
- (3) - Carbanellas, Guillermo, Tratado de Derecho Laboral, Buenos Aires, 1949, Editorial Bibliográfica Argentina, Tomo I, pags. 368.
- (4) - Jornal Trabalhista, Brasília, Centro de Assessoria Trabalhista, publicação semanal, número 201, 18 de abril de 1994.
- (5) - Vasconcelos, Arnaldo, Teoria da Norma Jurídica, Rio de Janeiro, Forense, 1978, pags. 10.
- (6) - Plá Rodriguez, Américo, Princípios de Direito do Trabalho, tradução de Wagner Giglio, primeira edição em português, São Paulo, Editora Ltr, 1978, pags. 244/245.

### DA CONFERÊNCIA DE CÓPIAS

**Adriana Sette da Rocha Raposo (\*)**

A questão ora apreciada tem relevo, principalmente, quando as partes trazem em Juízo uma quantidade grande de documentos que o Juiz e os Serventuários da Justiça do Trabalho, não dispõem de técnicas, nem de tempo, necessários ao atendimento da conferência de cópias com os respectivos originais.

Neste sentido, a vigente legislação assim preceitua:

*Art. 372 do CPC - "Compete à parte, contra quem foi produzido o documento particular, alegar, no prazo estabelecido no art. 390, se lhe admite ou não a autenticidade da assinatura e a veracidade do contexto; presumindo-se, com o silêncio, que o tem por verdadeiro."*

*Art. 830 da CLT - "O documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública-forma ou cópia perante o Juiz ou Tribunal."*

Do cotejo dos preceitos legais supracitados, se evidencia que não tem o Diretor de Secretaria ou outro Serventuário, competência funcional para conferir as cópias com os originais oferecidos pelas partes, senão por delegação do Juiz ou Tribunal.

Por conseguinte, não podem as partes, diretamente, solicitar do Diretor de Secretaria ou de outro Serventuário a conferência de cópias de documentos com os respectivos originais.

**(\*) - Adriana Sette da Rocha Raposo é especialista em Direito Público, ex-Juíza do Trabalho do TRT-10ª Região e atual Juíza do Trabalho Substituta do TRT-13ª Região,**

Têm as partes, contudo, a faculdade de perante o Juiz ou Tribunal, apresentar ao litigante adverso as cópias e originais de documentos que deseja produzir como prova no processo, e havendo impugnação, quanto à autenticidade das referidas cópias, requerer a conferência do Juiz ou Tribunal.

O cumprimento da lei, na hipótese em exame, além de implicar Justiça, evita a ação pública desnecessária, isto é, conferir documentos sem qualquer impugnação e ainda, garante a lisura da conferência, vez que praticada, somente quando haja impugnação e perante o Juiz ou Tribunal.